

boletim de  
**conjuntura**

iei - ufrj

**1995**

*outubro*

volume 15  
número 3

## CHECANDO CONVICÇÕES

Ao longo dos últimos dois meses ganharam corpo algumas idéias no que concerne ao desempenho recente e perspectivas entreabertas pelo Plano Real. Defendidas enfaticamente por porta-vozes do governo e endossadas, em regra, pela mídia, elas podem ser assim sumariadas.

- a expansão excessiva da demanda ocorrida nos primeiros meses do Plano Real tornou necessária a intervenção do governo visando a sua contenção;
- como resultado das medidas lançadas pelo governo as pressões inflacionárias foram recentemente contidas, conseguindo-se ao mesmo tempo restabelecer o controle sobre o Balanço de Pagamentos;
- as dificuldades surgidas em decorrência do resfriamento da economia encontram-se localizadas em determinados pontos, não havendo problemas quanto ao nível geral de atividade;
- a recuperação do controle macroeconômico (sobre a inflação e o balanço de pagamentos) permite a retomada do crescimento, agora em condições de sustentabilidade.

O primeiro ponto é confirmado pelos dados. Meses após o lançamento do Real, a economia havia adquirido uma impulsão obviamente excessiva. Caminhava-se, em suma, para a retomada da inflação. A evolução dos preços industriais não deixa dúvidas a esse respeito. Em nítida progressão, os preços na indústria de transformação já atingiam uma alta média de 2,75% em abril, o que corresponde a uma elevação anualizada de 38,48% - o fato foi recentemente ressaltado pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, agregando-se que o indicador “demonstra o perigo que rondou o Plano Real”...<sup>1</sup> A aproximação de uma alta de 40% do salário mínimo, bem como dos grandes dissídios salariais que marcam o início do segundo semestre, prometia agravar ainda mais este quadro. Por outro lado, não é preciso acrescentar que a repetição de saldos comerciais negativos (aliada ao clima gerado pelo colapso mexicano) corroborava as hipóteses pessimistas. Parecíamos, pois, destinados a repetir a trágica sorte do Plano Cruzado. Consequentemente, a enérgica ação do governo - com os precários instrumentos de que dispunha - parece amplamente justificada.

No que toca à primeira convicção, há pois que expressar concordância e respirar aliviado. Duas observações poderiam contudo ser acrescentadas. Desde outubro de 1994 a contenção da economia vinha sendo tentada sem qualquer êxito: os agentes econômicos revelavam uma extraordinária capacidade de resistir (ou, digamos, driblar) as medidas governamentais. O fato de que os freios vieram por fim se revelar eficazes em abril, quando o Plano já se encontrava francamente ameaçado, contém, pois, um elemento de sorte - o que talvez seja uma característica geral das políticas econômicas bem sucedidas. Por outro lado, a tendência à explosão da demanda - dados o tipo de plano e o passado recente da inflação crônica - foi prevista e anunciada<sup>2</sup>. O governo, contudo, não tomou quaisquer medidas para moderar a “festa da estabilização” - e, conseqüentemente, atenuar ou evitar os problemas subseqüentes.

Quanto à recuperação do controle sobre a inflação e o balanço de pagamentos, ela é também verdadeira, desde que comparemos o quadro hoje existente, com aquele enfrentado no primeiro trimestre do ano. E no que toca à inflação, em particular, a vitória do governo é verdadeiramente extraordinária, se contrastarmos o segundo ano do Plano Real, com o segundo ano de qualquer outra alternativa de estabilização ensaiada nos últimos quinze anos.

Tomemos agora a terceira convicção acima apontada. De acordo com ela as dificuldades hoje existentes na economia seriam fenômenos “localizados”. Além disto, afirma-se (ou fica apenas subentendido), há que ter cuidado no combate às “dificuldades”. O Plano Real teria trazido consigo o término da economia dos favores e dos privilégios. Agora, por fim, encontram-se todos igualmente expostos à disciplina do mercado. A conseqüência inevitável disto é a afirmação dos mais aptos ... e o declínio dos que não suportam a concorrência.

O Quadro abaixo sugere no entanto algo muito diferente. Torna-se através dele patente que o Plano Real submeteu as atividades industriais a um brutal ciclo de expansão e retração. A intensidade do movimento dispensa qualificativos: ramos industriais que, embalados pela explosão de demanda que acompanha o lançamento do Plano, haviam promovido autênticos saltos, virtualmente despencaram no período subsequente. A brutalidade do movimento torna-se ainda mais patente se acrescentarmos que dos 15,6% de retração da indústria ao longo de 1995, nada menos que 13,1% verificou-se entre abril e agosto. Por outro lado, convém sublinhar que, não obstante bastante diferenciadas, a expansão e a queda são praticamente generalizadas. Basta assinalar que de dezembro de 1994 a agosto de 1995 o único ramo da indústria de transformação que apresentou crescimento foi o de Produtos Alimentares. A expansão foi, porém, de modestíssimos 0,4%.

**QUADRO I**  
**PRODUÇÃO INDUSTRIAL DURANTE O**  
**PLANO REAL**  
**Índices Seleccionados**  
**Série com Ajuste Sazonal**

	Crescimento Dez94/Jun94	Queda Ago95/Dez94
Matérias Plásticas	47,2	-24,3
Mat. de Transporte	32,3	-24,2
Mecânica	27,5	-34,6
Têxtil	26,4	-33,9
<b>Indústria Geral</b>	<b>16,6</b>	<b>-15,6</b>

Fonte: IBGE/DEIND.

A mais flagrante evidência fornecida pelos dados acima consiste, pois, em que o Plano Real acrescentou mais um ciclo *stop and go* à seqüência iniciada quinze anos antes. Como se pode observar no Quadro 2 a seguir, a intensidade deste “ciclo político” é da mesma ordem de grandeza dos ciclos promovidos pela reversão ocorrida em 1980-1981, pelo auge e colapso do Cruzado, e pela experiência Collor.

Mas os equívocos envolvidos na terceira convicção não ficam aí. Concretamente, as crises “localizadas” ou, melhor dito, os pontos em que as dificuldades se encontram mais concentradas não parecem refletir a ação de princípios “seletivos”. Assim, por exemplo, a inusitada reversão ocorrida na indústria mecânica, de 27,5% de crescimento para 34,6% de queda, de forma alguma pode ser entendida como um recuo dos menos apto. O movimento é aliás puxado pelo colapso ocorrido no subgênero Equipamentos para a Agricultura, cuja produção sofreu uma retração de 72,45%! Para que fique ainda mais claro o quanto a retração não reflete critérios seletivos - e nem sequer se limita ao reino dos produtos

**QUADRO 2**  
**MOVIMENTOS MAIS ACENTUADOS**  
**DE EXPANSÃO E RETRAÇÃO NOS ÍNDICES**  
**DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL - Em (%)**

Crescimento		Queda	
Abr80/Nov80	6,4	Dez81/Fev81	-19,1
Fev87/Mar86	19,6	Jul87/Fev87	-15,5
Set90/Abr-Mai90	20,6	Abr-Mai90/Dez89	-24,0
Mar93/Ago92	16,3	Fev91/Set90	-13,6
Dez94/Jun94	16,6	Ago95/Dez94	-15,6

internacionalmente transacionados, onde a competição foi drasticamente intensificada - é oportuno advertir que uma das maiores vítimas da retração é a construção civil, que somente no Estado de São Paulo desempregou 27.000 trabalhadores em agosto e 32.000 em setembro.

Finalizando este item é oportuno chamar a atenção para mais um ponto. Em outros episódios, em que a economia se deparou com um “*stop*” de semelhante magnitude, o saldo comercial reagiu com muito mais vigor. Em outras palavras, é verdadeiramente surpreendente que uma reversão tão incrivelmente pronunciada como a que acaba de ocorrer, tenha sido acompanhada de uma melhoria tão modesta da balança comercial.

De acordo com a quarta e última crença, a economia estaria já preparada para ingressar num processo sustentado de crescimento. Pelo menos três dúvidas parecem subsistir a este propósito. Primeiramente as empresas têm diante de si um quadro de profundas incertezas. De fato, após os solavancos recentes do nível de atividade - e as seqüelas daí decorrentes -, não é fácil dimensionar o mercado que elas têm diante de si. Em se tratando da produção de bens internacionalmente transacionáveis, estas dificuldades evidentemente se multiplicam: na transição do fechamento para a abertura muda radicalmente a figura do principal competidor, em relação ao qual há que se posicionar. Acrescente-se que para muitos a taxa de câmbio que aí está constitui um artifício, mantido em função da prioridade absoluta conferida à estabilização - e que terá de ser mais cedo ou mais tarde corrigida. Acontece, no entanto, que ela deveria ser um dos mais importantes parâmetros na redefinição do mix de artigos a serem produzidos localmente ou, alternativamente, importados! Em outras palavras, as condições são as piores possíveis para a definição das estratégias de crescimento das empresas - de que deverá resultar o crescimento da economia (a expansão não será obviamente puxada pelo Estado).

O que acaba de ser dito não se aplica senão parcialmente às grandes empresas, com âmbito de ação internacionalizado, e regidas por objetivos de longo prazo. Para elas o mero potencial de crescimento brasileiro constitui estímulo bastante para que assumam posições visando assegurar presença e *market share*, num mercado que mais cedo ou mais tarde deverá adquirir certa importância. Esta última consideração, bem como o fato incontestável de que a privatização trará ao país novos investimentos, levam

a crer que haverá, sim, crescimento. Daí, porém, a supor que o país já definiu a sua rota de crescimento, vai uma enorme distância. Aliás, se há uma importante descoberta recente no campo do crescimento econômico, ela consiste na noção de que as economias podem evoluir a diferentes taxas **sustentáveis** de crescimento.

( A.B. Castro)

---

*1 Mendonça de Barros: "É Hora de Flexibilizar", Gazeta Mercantil, 25 de setembro de 1995.*

*2 Conferir em "Estabilização, Crescimento e Política Industrial" de Antonio Barros de Castro, conferência apresentada no VI Fórum Nacional, Rio, 25 a 28 de abril de 1994. O texto foi publicado em Estabilidade e Crescimento, os Desafios do Real. Coordenador João Paulo dos Reis Velloso, José Olympio Editores, Rio 1994.*



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO